

A encruzilhada da memória: quando a arte pública derruba os monumentos das ditaduras militares

The Crossroads of Memory: When Public Art Overthrows the Monuments of Military Dictatorships

La encrucijada de la memoria: cuando el arte público derriba los monumentos de las dictaduras militares

Alexandre de Albuquerque Mourão

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail: alexmourao1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7667-4357>

Sara Vasconcelos Cruz

Universidade Federal de Goiás

E-mail: sara.vascc@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0979-0240>

RESUMO:

Este texto é uma entrevista, inédita e na íntegra, realizada pelo Coletivo Aparecidos Políticos, de Fortaleza-CE com o Grupo de Arte Callejero (GAC), da Argentina, em 2020. Os dois grupos atuam na relação entre arte e política, fazendo questionamentos sobre a manutenção da memória das ditaduras militares em espaços públicos de suas cidades. Como metodologia realizamos a entrevista de

MOURÃO, Alexandre de Albuquerque; CRUZ, Sara Vasconcelos. **A encruzilhada da memória: quando a arte pública derruba os monumentos das ditaduras militares**

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFG. v. 13, n. 28, maio-ago. 2023

Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2238-2046.2023.45469>>

212

modo remoto, depois transcrevemos o material, traduzimos e o editamos para o formato desta publicação. Por fim, o GAC é um grupo reconhecido internacionalmente com participação em duas Bienais de Veneza, exposições na Alemanha, Londres, Espanha, Canadá, Brasil, com uma relevante contribuição para o campo da arte pública, que cada vez mais é conclamada a ocupar espaços de disputa.

Palavras-chave: *Arte. Memória. Ditadura militar. Monumentos.*

ABSTRACT:

This text is an interview, unpublished and in its entirety, carried out by the Aparecidos Políticos, from Fortaleza-CE, with the Grupo de Arte Callejero (GAC), from Argentina, in 2020. Both groups work in the relationship between art and politics, asking questions about the maintenance of the memory of military dictatorships in public spaces in their cities. As a methodology, we conducted the interview remotely, then transcribed the material, translated it and edited it into the format of this publication. Finally, the GAC is an internationally recognized group with participation in two Venice Biennials, exhibitions in Germany, London, Spain, Canada, Brazil, with a relevant contribution to the field of public art that is increasingly called to occupy spaces of dispute.

Keywords: *Art. Memory. Military dictatorship. Monuments.*

RESUMEN:

Este texto es una entrevista, inédita, realizada por el Colectivo Aparecidos Políticos, de Fortaleza, con el Grupo de Arte Callejero (GAC), de Argentina, en 2020. Ambos grupos trabajan en la relación entre el arte y la política, cuestionando el mantenimiento de la memoria de las dictaduras militares en los espacios públicos de sus ciudades. Como metodología, realizamos la entrevista de forma remota, luego transcribimos el material, lo traducimos y lo editamos al formato de esta publicación. Finalmente, el GAC es un grupo reconocido internacionalmente con participación en dos “Bienales de Venecia”, exposiciones en Alemania, Londres, España y Canadá con un aporte relevante en el campo del arte público que cada vez está más llamado a ocupar espacios de disputa.

Palabras clave: *Arte. Memoria. Dictadura militar. Monumentos.*

Artigo recebido em: 25/03/2023

Artigo aprovado em: 05/06/2023

Introdução

Tendo em vista o debate proposto por esta revista sobre “Arte Pública e suas encruzilhadas”, resolvemos trazer pela primeira vez, na íntegra, uma entrevista do Coletivo Aparecidos Políticos, fundado em 2010, em Fortaleza-CE, com um importante coletivo de mulheres, da Argentina, denominado Grupo de Arte Callejero (GAC), fundado em 1997. O GAC é um grupo reconhecido internacionalmente com participação em duas Bienais de Veneza e exposições na Alemanha, Londres, Espanha, Canadá, Brasil e outros países. Suas motivações principais das intervenções seguem duas grandes linhas temáticas: a denúncia dos crimes de lesa humanidade cometidos pela última ditadura militar argentina; e a luta contra as políticas neoliberais desde a década de 1990.

A ideia de tornar pública esta entrevista surge pelo fato de que esses grupos vêm atuando, há anos, no espaço público, no sentido de interrogar, questionar e subverter a memória das duas ditaduras militares, tanto no Brasil (1964-1985) como na Argentina (1976-1983). Desde o golpe parlamentar de 2016, passando por um dos piores momentos da nossa história recente, com o des-governo de 2018-2022, temos visto ressurgir, em alguns setores da sociedade brasileira, pedidos por intervenção militar. Uma pesquisa nacional publicada em janeiro de 2020 pelo Instituto Datafolha¹ revelou que 22% das pessoas entrevistadas consideram que tanto faz se o modelo de governo é democrático ou ditatorial. Esse estudo também revelou que o apoio à democracia é menor nos grupos que representam menor escolaridade ou renda. Apesar do número de pessoas descrentes na democracia terem diminuído, em uma pesquisa mais recente,² feita em junho, pelo mesmo instituto, foi publi-

MOURÃO, Alexandre de Albuquerque; CRUZ, Sara Vasconcelos. **A encruzilhada da memória: quando a arte pública derruba os monumentos das ditaduras militares**

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFGM. v. 13, n. 28, maio-ago. 2023

Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2238-2046.2023.45469>>

cado que 25% das pessoas acreditam que a ditadura havia deixado mais realizações positivas do que negativas. Os números de desconhecimento sobre o tema são relevantes. Por exemplo, 49% das pessoas não sabem o que foi o Ato Institucional número 5 (AI-5). Segundo Safatle (2023, p. 1), quando escreve sobre o 8 de janeiro de 2023, “o que vimos domingo foi simplesmente inimaginável em qualquer democracia: as Forças Armadas impedindo com tanques que a Força de Segurança Nacional entrasse na área em frente ao Quartel General, em Brasília, para desalojar fascistas”. O quadro público pós-eleições presidenciais de 2022 não é muito alentador. De acordo com Safatle (2023), as Forças Armadas colocaram mais de 7.000 de seus membros em postos de primeiro e segundo escalão para a gestão estatal.

Debater a arte pública na esfera do enfrentamento à memória da opressão da ditadura, que permanece nas ruas e prédios públicos que homenageiam ditadores e torturadores, é algo urgente. É por isso que trazemos aqui a entrevista a esse grupo argentino que tem sido uma referência na luta por memória, verdade e justiça naquele país latino que colocou seus ditadores na prisão.

A entrevista foi realizada em 21 de dezembro de 2020, através da rede social *Facebook*. Ela foi editada para facilitar a leitura e retirar os excessos de coloquialismos e cacofonias típicos da fala oral informal.

Desenvolvimento

Aparecidos Políticos: Nós somos o coletivo Aparecidos Políticos e estamos aqui fazendo uma *live* com a Lorena Fabrizia Bossi. A Lóre, como apelidaremos, faz parte do Grupo de Arte Callejero (GAC), que é um grupo lá da Argentina, que existe desde 1997. É um dos coletivos mais antigos que eu conheço, de intervenção urbana, formado todo por mulheres. É um grupo muito interessante e que foi uma inspiração pro surgimento do próprio Aparecidos Políticos. Para quem não conhece o GAC, elas começaram no contexto histórico

dos movimentos antiglobalização (ou movimentos anticapitalistas) e são focadas nas intervenções urbanas da chamada Memória, Verdade e Justiça. E, em um dado momento da nossa trajetória, precisamente em 2013, realizamos um intercâmbio junto com o GAC. Então, foi uma oportunidade muito rica pra gente, porque a gente foi lá na Argentina, em Buenos Aires, e estivemos lá por 15 dias, junto com as meninas do GAC. Depois, elas também estiveram em Fortaleza, fizeram alguns trabalhos no Mausoléu Castelo Branco e tudo mais... Vou dar as boas-vindas à Lóre, vou tentar falar aqui um portunhol (risos) pra comunicar com a Lóre. *Entonces, Lóre, bienvenida a la charla con nosotros, es una gran honra para nosotros hablar con ustedes y entonces yo voy a hacer unas preguntas para ti, pero antes si quieres hablar alguna cosa...*

GAC: Pois bem, vou agradecer, vou falar pausadamente, falar devagar. Obrigada por convidar o GAC. É bom estar com o grupo Aparecidos Políticos, que é um grupo ideologicamente próximo, e que tem muitas metas, objetivos e lutas compartilhadas e somos gratas por este encontro.

Aparecidos Políticos: Lóre, você está trabalhando desde 1997. São 23 anos de existência como coletivo. Pra mim é um dos coletivos mais fortes e antigos que eu conheço. A primeira pergunta é, justamente, o que as mantém juntas tanto tempo?

GAC: Acho que o GAC se mantém unido primeiro por uma amizade, por uma irmandade entre nós. Hoje somos cinco mulheres que integram o GAC, nascemos em 97, no contexto do último ano da faculdade de arte. Muita gente passou pelo grupo, porém, esse grupo tem pessoas que compartilham a vida, no dia a dia. A gente se entende, tem muito do que se chama no feminismo, irmandade, não é? Assim essa ampliação da compreensão de que somos mulheres que compartilhamos um espaço que nos ajudamos, que nos cuidamos. Acho que o grupo se sustenta mais nisso do que em atividades. Nenhum grupo, em seus 23 anos que trabalha sobre a situação política de um país ou de um contexto, pode gerar ações sem interrupção. Algumas vezes nós paramos. Temos nos reunido para comer nesta

pandemia, que nos separou muito e a Argentina sofreu um contexto pandêmico. Uma pandemia muito forte, inventamos passeios aos bairros aos domingos para nos vermos à distância. Inventamos visitas guiadas para nos vermos ou ações em relação à violência institucional desencadeada nos contextos dos bairros mais vulneráveis, durante a COVID. Geramos esse tipo de ação por meio do *WhatsApp*, por meio de reunião, mas também as fizemos fisicamente, performativamente, na rua no contexto da própria pandemia. Então, na Argentina, no começo, você não poderia ir a lugar nenhum. Então tem algo que nos une. Precisamos nos ver e precisamos umas das outras e precisamos desse cotidiano como esse ativismo vivido, como se fosse coisa de sua família, um ritual de família, certo? É esse ativismo, como uma necessidade de ritual, quase familiar, e por um tempo... É por isso que o GAC sobrevive.

Aparecidos Políticos: Quando estivemos juntos, em 2013, fizemos um intercâmbio na Argentina e vocês vieram, aqui, em Fortaleza. Depois de sete anos, qual é a sua leitura? O que você achou quando esteve aqui em Fortaleza? Como foi para você e como é essa troca, depois de tanto tempo, e até agora, mantendo contato?

GAC: O encontro foi lindo. Pareceu-nos que tanto a universidade, com suas histórias e outros cursos universitários, são povoados por jovens, teve muita atenção. Lembramos os desaparecidos de Fortaleza, os jovens universitários desaparecidos. Estávamos com grupos diferentes, não só com o Aparecidos Políticos, mas com grupos de estudantes de diferentes espaços e carreiras. Fomos também ao monumento do Castelo Branco (Fig. 1) que foi muito chocante porque ficamos chocadas que há um monumento a um ditador. É como se na Argentina houvesse um monumento a Videla ou Massera ou Agosti ou algum genocida. Vimos aquele sentimento de que na Argentina não nos reconciliamos com o passado da ditadura, longe disso, mas pedimos julgamento e punição e assentamos os alicerces de uma justiça que hoje sanciona e condena os crimes contra a humanidade.



Figura 1. Intervenção urbana realizada pelo Coletivo Aparecidos Políticos e Grupo de Arte Callejero, no Mausoléu Castelo Branco, em Fortaleza-CE. Os pontos amarelos são objetos artísticos contendo velas que iluminavam o rosto dos desaparecidos políticos impressos nas laterais do próprio objeto.
Ano: 2013.
Fonte: Mane Bossi.

É uma grande diferença cultural e política com o Brasil e percebemos que aqui nunca teríamos um monumento a um ditador e esse monumento era impressionante, ocupava um quarteirão inteiro. Foi muito forte intervir num espaço arquitetônico e monumental com aquele significado, intervir nele com os rostos dos desaparecidos (Fig. 2), com suas velas, com todo um grupo de pessoas humanas, militantes políticos, para além das aparições políticas que se agarravam naquele momento, gerando um ritual. E intervindo naquele espaço tão escuro e tão sinistro que o Monumento de Castelo Branco é feito.



Figura 2. Detalhe da intervenção urbana realizada pelo Aparecidos Políticos e GAC, no Mausoléu Castelo Branco, em Fortaleza-CE. Na foto pode-se observar ex-perseguidos políticos e familiares com objetos contendo imagens de mortos e desaparecidos políticos que foram colocadas no espelho d'água do espaço arquitetônico. Ano: 2013. Fonte: Mane Bossi.

Então eu nunca tinha feito isso na minha vida, porque aqui não existe esse tipo de monumentalização e era como estar em uma distopia, agora que a palavra distopia é usada, mas era como estar em uma distopia de direitos humanos. Porque, para pessoas como os argentinos, estar em um monumento a um ditador intervindo junto aos parentes e colocando os rostos dos desaparecidos era mais do que voltar aos anos 1990, uma fase de impunidade. Era como estar em um lugar de reivindicação da ditadura. Isso, aqui, felizmente, não deixamos acontecer, não deixamos isso acontecer. Então, foi como estar em uma sociedade que deixou isso acontecer e aquele momento foi tremendamente distópico para mim. Então senti que fui a uma viagem, fiz uma viagem de ativismo a uma sociedade que é muito parecida com a nossa em muitos aspectos, porque somos irmãos latino-americanos e sofremos

MOURÃO, Alexandre de Albuquerque; CRUZ, Sara Vasconcelos. **A encruzilhada da memória: quando a arte pública derruba os monumentos das ditaduras militares**

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFGM. v. 13, n. 28, maio-ago. 2023

Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2238-2046.2023.45469>>

muito, sofremos a ditadura, sofremos muito de questões, mas não sei se tinha questionado, repensado as coisas da mesma forma e isso foi muito chocante e ao mesmo tempo vi vozes, muito jovens com muita esperança, ou vozes da minha geração, ou mais mulheres com muita esperança de reverter as coisas e mudar o futuro. Então fiquei muito chocada e animada com essa possibilidade.

Aparecidos Políticos: Vocês do GAC fazem um trabalho com a ideia do contramonumento. Até na capa do livro de vocês existe a imagem de um monumento que cai. Como você acha que a arte pode intervir nesses espaços de monumentos e até mudar? Como, para você, na experiência do GAC, ocorreram essas transformações, em monumentos ou em espaços de memória?

GAC: Questionamos o papel do monumento na sociedade, ou a monumentalização, a partir de 2003, quando Néstor Kirchner tomou posse. Ali se começava a reverter as leis de impunidade e julgar genocidas. Com o GAC nós consideramos que o genocídio transcende o terrorismo de Estado e que os povos indígenas e diferentes comunidades que fizeram parte desta terra tenham sido assassinadas em genocídios anteriores. Então começamos a pegar as figuras de Julio Argentino Roca, que foi um presidente argentino que fez a Campanha do Deserto, que é uma grande carnificina, não só dos povos originários do sul, mas também de escravos que faziam parte daquela campanha, tipo soldados, certo? E pegamos aquela figura, que é um monumento, e começamos a trabalhar em torno da figura de Julio Argentino Roca, trabalhando com uma lei que visava derrubar o monumento. A partir daquele lugar o conceito de antimonumento, como antiespetacularidade (algo muito situacionista, se quiserem), mas também com uma busca da memória ativada pelo povo, como monumentos efêmeros, com monumentos que precisam ser reformados, que precisam ser refeitos, que precisam ser lembrados novamente. E lá fizemos, com vocês os rostos dos desaparecidos (Fig. 3) na universidade, com papéis brancos de folhas muito simples, de folhas A4 normais. E descobrimos isso como um monumento popular ou como as estações de trem, onde

meninos foram assassinados em 2001. Retomamos a memória de Maximiliano Kosteki e Darío Santillán, que também são monumentos, ou a estação Rodolfo Walsh, que é um jornalista desaparecido na Argentina, que antigamente era uma estação chamada “Entre Ríos”, um lugar onde pessoas foram sequestradas e assassinadas. E essa estação hoje se chama Rodolfo Walsh. Por isso que não tem sido só a gente, mas muitos artistas, muitos sindicatos de trabalhadores de partidos políticos, de pessoas organizadas para lutar por isso, não é? Então, assim como a gente, a verdade é que existe essa utopia de pensar que a gente pode ter outros monumentos. E que podemos criar os nossos próprios monumentos efêmeros e que podemos nos opor à monumentalização nas cidades que têm a ver com genocídios ou com episódios sinistros da história. Que não queremos que saiam da memória. Queremos que se ensine na História em escolas. O GAC aprendeu um pouco isso fazendo na rua, sem pedir permissão e fazendo em relação a uma ética, uma série de valores e possibilidades de pensar utopicamente. Pois bem, a partir desse lugar está a construir-se essa ideia de antimonumentalização, que ao mesmo tempo anda de mãos dadas com a criação de monumentos populares.



Figura 3. Intervenção Urbana do Aparecidos Políticos e GAC realizada em Fortaleza-CE, com uso da técnica de lambe-lambe. Nas fotografias podem-se ver dois desaparecidos políticos. Fonte: AP.

Aparecidos Políticos: Tem até um trabalho de vocês, em um dos últimos *posts* no *Instagram*, que foi o trabalho 19/20. Trata-se de uma placa de cimento com algumas frases em mosaico que vocês instalam no chão da rua. Eu vi que outras pessoas também trabalharam com vocês para fazer esse monumento, como uma construção. Como é a relação entre a aplicação de uma obra e outras pessoas ou movimentos sociais?

GAC: É algo muito particular que o grupo tem. O grupo não trabalha sozinho, geralmente há ações que fazem, quando são mais experimentais, ou a gente começa a tramar sozinhos, mas geralmente trabalhamos não só com outras pessoas, mas com muitas organizações. Às vezes são mais de uma, mais de três. Esse é um componente das organizações que são colocadas em ação para realizar uma intervenção. Uma das ações que você está citando são as placas dos mortos, no dia 20 de dezembro de 2001, pela repressão policial, durante a revolta popular de 19 e 20 de dezembro. Essas placas são atuais. Há quase 20 anos que

estão localizadas na Avenida *De Mayo*, que é uma das principais avenidas da nossa cidade de Buenos Aires. Essas placas foram colocadas várias vezes, porque a polícia veio e tirou as placas. E nós colocamos. Voltamos no dia 20 de cada mês. Então, por cerca de um ano e meio, essas placas foram colocadas de volta e nos reunimos no começo de tudo com organizações de direitos humanos. Até hoje, se quebram as placas das calçadas, as pessoas nos chamam e colocamos de volta. Ou seja, ninguém tira uma daquelas placas. Sendo que a princípio sim, foi uma batalha na rua, ou seja, colocamos e, no dia seguinte, sumia. E você colocava de volta e fazia outra cerâmica, e alguém tirava. E assim por diante. Muitas vezes, até aquela luta ser conquistada e vencida. É para trabalhar com outras organizações e também pela perseverança e pela insistência para não voltar a acontecer. E o GAC tem muito disso, tem um pouco dessa insistência. É o que nos mantém juntas, às vezes, essa insistência.

Aparecidos Políticos: Lembro-me também do trabalho chamado *Carteles de La Memoria* (Fig. 4), no *Parque De La Memoria* em que vocês espalham placas de diversos contextos relacionados à ditadura argentina. Como está o trabalho hoje? Vocês conseguiram ouvir o que falavam os visitantes sobre essa obra?



Figura 4. Lore Bosi, com integrante do Aparecidos Políticos, mostrando a obra *Carteles de La Memoria do GAC*, no Parque da Memória, em Buenos Aires, em 2013. Fonte: Aparecidos Políticos.

GAC: O Parque da Memória foi um concurso. Foi um concurso de escultura que ganhamos. As organizações de direitos humanos da Argentina queriam começar, viam uma grande necessidade de fazer dentro da cidade, como uma meta, como um sonho, um parque, certo? Um parque que iria celebrar a memória dos detidos e desaparecidos durante o terrorismo de Estado na Argentina, em um período que vai antes de 76, que é onde começa a ditadura. Este parque continha obras de arte, de tipo escultural. Em 1999, já havíamos começado com os escraches e fizemos uma proposta de sinalização rodoviária que é a que usamos durante os escraches, mas para a faixa litorânea, onde as bicicletas e as pessoas transitavam pelo parque. Aquela sinalização conta a história de antes da ditadura até depois da ditadura. Toda a história do genocídio econômico, todas as medidas econômicas que de alguma forma nos amarraram a um liberalismo econômico do qual não era típico dos tempos

MOURÃO, Alexandre de Albuquerque; CRUZ, Sara Vasconcelos. **A encruzilhada da memória: quando a arte pública derruba os monumentos das ditaduras militares**

PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFGM. v. 13, n. 28, maio-ago. 2023

Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2238-2046.2023.45469>>

latino-americanos anteriores, mas como isso foi implantado pela Central de Inteligência Americana em todo o continente. Bem, começamos a tecer todas aquelas conexões que iam além do corpo da pessoa desaparecida e sua comemoração. E sobre a repercussão: a verdade é que é muito bom, principalmente, para as escolas. Qualquer criança, do Ensino Fundamental até os dias de hoje, pode entender esses cartazes por sua iconografia. Sabendo coisas mínimas da história, eles os interpretam e isso é bastante impressionante. Tem uma repercussão porque é como um trabalho que você está fazendo como uma Via-Sacra. Recentemente nos convidaram, de um município do sul, para fazer os cartazes de memória, em um parque sobre direitos humanos que eles querem montar também. Esse trabalho das placas é muito incipiente no grupo, numa época em que não acreditávamos em monumentos, mas víamos a necessidade de que se iria ter um parque que aborda sobre terrorismo na Argentina, e que foi criado por organizações de direitos humanos, temos que estar nessa. Continua a ser algo que nos desafia a todo o momento, não o parque, mas como geração após geração interpreta a obra de uma forma diferente, interpreta esses sinais de outro lugar. Durante o macrismo eles quiseram retirá-los, durante o governo neoliberal anterior. Eles quiseram retirá-los, havia teóricos do macrismo que escreveram nos jornais que esta obra não podia estar aí, que faltou a verdade, que não nos contou as duas histórias e tantas outras coisas. Mas é uma obra que continua a existir e que continua a questionar as coisas, principalmente na área da economia e a cumplicidade econômica e civil do golpe militar.

Aparecidos Políticos: Queríamos saber como é que essas questões de gênero perpassam pela criação de vocês? Quais foram os resquícios, principalmente pras mulheres, dos períodos ditatoriais?

GAC: Já faz um tempo que estamos, de uma forma muito intuitiva, no GAC e muito bem de amizade. Falamos da amizade e de um certo empoderamento que a gente conseguiu ficar juntas. Eu falo em ser empoderada por ter uma parceria que você sabia que ia te apoiar. A

gente sempre sente, muito intuitivamente, um certo feminismo. Embora não nos chamávamos de feministas, o feminismo não estava na moda, ainda. Sentíamos que havia uma espécie de camaradagem que nos unia como mulheres e como artistas, também. E como parte dos jovens em um contexto em que, apesar de passarmos por organizações de direitos humanos, nos movimentos sociais havia muito machismo e existe, certo? Dentro desses contextos, então, percebemos isso e que poderíamos nos apoiar umas as outras e que nossa palavra valeu à pena e que a fizemos valer. Temos um grupo de arte feminista, que é um dos primeiros também na América Latina, que tem muitos trabalhos chamados *Mujeres Públicas* que segue até o dia de hoje. Ele começou em 2003 fazendo ativismo feminista e, hoje, que esse assunto está muito em voga e é uma das novas militâncias, tudo se revisa, muito, não só na história argentina. Houve crimes causados em cativeiro em centros de detenção clandestinos e crimes sexuais, estupros de mulheres e homens, dentro de centros de detenção. É importante esclarecer porque foi nessa época que veio à tona esses crimes, como veio à tona o crime de roubo de bebês de mulheres grávidas, na época. Esses casos continuam surgindo, através do questionamento de nossa sociedade, que está em permanente pesquisa. O movimento de direitos humanos na Argentina tem muito que se perguntar, experimentar, questionar. Essas novas questões estão surgindo à medida que a nova geração de direitos emerge, como os direitos das mulheres, das minorias trans, lésbicas, *queer* e outras minorias. E com tudo isso essa revisão também surge um pouco dessa nova perspectiva. Essa ótica de encontrar outra definição de crime.

Aparecidos Políticos: Gostaríamos de saber da importância, pra vocês, da publicação do livro do GAC? Como isso impactou para vocês enquanto coletivo de arte?

GAC: Começamos a pensar no livro em 2007, aproximadamente, depois de muitos anos de ativismo e já tendo passado por 2001, como o ano da dobradiça de tantas ações contínuas na rua o tempo todo. Pudemos editá-lo em novembro de 2009, ou seja, ele teve dois anos de redação e de revisão. O livro está em PDF e pode ser baixado. O livro ajudou a olhar

para nós mesmos, a olhar para o nosso trabalho, a ver tudo o que tínhamos feito e a devolver às pessoas, para que nos conhecessem, para começar a explorar questões com outros. Poder editar algo é como poder forjar ou poder descer até um mapa, certo? Tudo o que você construiu há muito tempo e também questionando essas coisas no diálogo com os outros. Contar sobre si mesmo é importante porque já viemos da Bienal de Veneza, em 2004, de muitos apelos internacionais para trabalhar. Nos sentíamos muito rejeitadas também porque sentimos que aquele não era o nosso espaço. E também vimos que há europeus que nos falavam diferente, diferente do que éramos ou sentíamos ou pensávamos, de como nós éramos ou como nos víamos. Este ano de 2020 começamos a fazer o nosso próprio arquivo.

Aparecidos Políticos: Lóre, você falou há pouco sobre como os europeus olhavam para os povos aqui, na Argentina. Quando visitamos a Argentina pudemos perceber um pouco sobre a solidariedade entre os povos latino-americanos. Aqui no Brasil, talvez também pela diferença de idioma, não existe muito o senso de latinidade. Como é pra vocês, que viajaram para outros países fora da América Latina, a questão da latinidade? Como vocês sentem isso?

GAC: Acho que estamos inseridas dentro da arte política e do ativismo, num contexto que nos transcende, que vem da década de 1960, 1970. Acho que o GAC, em um momento de muito neoliberalismo, de uma conjuntura que não suportava as práticas neoliberais, surge gerando um caminho de novo, do ativismo. De retomar essas lutas, mais dos anos 70 ou 80. Acho que há essas ressonâncias no ativismo de hoje, em direitos e nas novas políticas e novos espaços de legitimação e direito que existem. Essas lutas se retroalimentam e continuam umas com as outras, acredito que estamos inscritos dentro dessas lutas latino-americanas. Há um livro muito bom que saiu no México, no ano passado, que foi feito por dois jovens de 23 anos, um casal, chamado *Que No Se Calmen*, que é uma publicação formada por três livrinhos. Um deles é sobre o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional). O

EZLN trabalha muito com produções que tem a ver com o simbólico, com a arte, com os mapeamentos, com milhares de perguntas. Outro livrinho aborda o GAC, a experiência das cartografias, do trabalho *Aqui Vivem Genocidas*. Outra publicação aborda o grupo CADA (*Collective Art Actions*) do Chile, que realizou uma intervenção em que alguns panfletos foram lançados de aviões no ano 1973 contra a ditadura. É uma ação chamada *Ay Sudamerica* e fala da América do Sul.

Aparecidos Políticos: Como está a luta pela memória, verdade e justiça na Argentina? Depois de algum tempo, vocês continuam trabalhando nesse padrão de luta pela memória, pela justiça de verdade, ou há outras mobilizações também?

GAC: Bem, cada um de nós, a partir de suas diferentes trajetórias em relação a essas questões relacionadas aos direitos humanos, ocupou espaços e lugares, tanto dentro do Estado, quanto em contextos de militância que superam o GAC. Todos nós continuamos trabalhando no assunto. Fomos convidadas para fazer aquela réplica do *Parque De La Memoria*. Os julgamentos aos ditadores continuam com muita dificuldade, às vezes, por causas orçamentárias – e muitas coisas têm a ver com economia. Hoje existem novas abordagens, como as que falei, sobre os crimes de estupro, como um crime além da tortura. Há também a questão dos jovens recrutas que cumpriam o serviço militar em centros de detenção clandestinos. O movimento de direitos humanos assume outras dimensões e outras visões quando surgem grupos que têm a ver com feminismos, que têm a ver com movimentos LGBTQ+, com o judaísmo, com movimentos que têm a ver com migrações, com migrantes, com identidades mulheres não brancas na América. Porque, na Argentina, acreditamos que não somos racistas e isso é uma mentira, somos um povo bastante racista e há um revisionismo que muitos jovens estão fazendo. Há um grupo muito interessante chamado *Identidad Marrón*, que é um grupo novo. Há muitas pessoas que estão trabalhando com os povos indígenas, com os Mapuches do sul ou com outros tipos de comunidades. Até poucos anos atrás essa atenção não era dada a eles, dentro do que se entendia como direitos humanos.

Até os migrantes africanos da Argentina ou de países vizinhos, tem um movimento novo que tem a ver com direitos humanos que se articula com outras identidades, que vão além do que foi a luta contra o terrorismo de Estado na Argentina.

Aparecidos Políticos: Nós trabalhamos com alguns resquícios da ditadura, ou seja, temáticas relacionadas às consequências de 21 anos de arbítrios e perseguições. Uma delas é concernente ao direito à comunicação, à democratização de televisão e rádio. Gostaríamos de entender como que o GAC se coloca nesses espaços percebendo a arte nesse debate?

GAC: A pergunta é muito interessante. Aqui havia uma lei de meios de comunicação que o Macrismo derrotou e hoje estamos sob esse domínio completo. O domínio das grandes corporações sendo a mídia um expoente dessas. A voz da direita ou a voz das igrejas evangélicas são aliadas nisso. Pensávamos que era uma realidade que só estava acontecendo no Brasil, e quando vimos chegar através do macrismo, aliando-se ao evangelismo, não podíamos acreditar. Eles tiveram força para decidir a política. Então, tudo isso é visto como potencialmente poderoso, como questões relacionadas ao Google, de que não sabemos nada sobre a China etc. Então dizemos, “bem, mas não são apenas nossas igrejas locais e nossas empresas neoliberais e os políticos de nossos territórios aqui”. Tem algo muito maior e mais global em relação a isso tudo, que eu não sei... Eu acho que tudo está muito perdido. E surge a pergunta de como, desse lugar, podemos batalhar, se manifestar através das redes. Bem, o feminismo na Argentina surge como o novo feminismo, o neofeminismo, como um movimento. Existe o *Ni Una a Menos* e com ele surge o fenômeno das redes que é contra-hegemônico.

Aparecidos Políticos: Sim, muito obrigado, Lóre, pela sua participação. Mais uma vez, um abraço para as companheiras do GAC.

GAC: Obrigada!

Considerações finais

A atual situação brasileira e o negacionismo histórico atual demonstram uma necessidade considerável de se conhecer o passado para não voltar a repeti-lo, principalmente, por parte dos mais jovens. “O trabalho de reconstituir a memória exige revisitar o passado e compartilhar experiências de dor, violência e mortes. Somente depois de lembrá-las e fazer seu luto, será possível superar o trauma histórico e seguir adiante” (BRASIL, 2010, p. 207). As obras de artes produzem uma memória sobre o que se sentiu porque elas colocam o observador diante de um acontecimento histórico, pois sempre diante das imagens estamos diante do tempo. Ao nos depararmos com uma imagem – mesmo essa sendo contemporânea –, o passado nunca cessa de se reconfigurar. “Diante de uma imagem, enfim, temos que reconhecer humildemente isso: que ela provavelmente nos sobreviverá, somos diante dela o elemento de passagem” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 16). A imagem tem, frequentemente, mais memória e mais futuro que o ser que a olha. Rancière (2007, p. 133) comenta sobre uma arte que mantém a “tensão que faz tender, uma para a outra, uma política da arte e uma poética da política que não podem se unir sem se auto-suprimirem” (RANCIÈRE, 2007, p. 140). Para ele, “é preciso que o artista tenha ele próprio passado ‘do outro lado’, que ele tenha vivido algo de demasiado forte, de irrespirável, uma experiência da natureza primordial, da natureza inumana da qual ele retorne ‘com os olhos avermelhados’ e marcado na carne” (RANCIÈRE, 2007, p. 137).

Por fim, o trabalho desses dois coletivos propõe uma investigação, em um outro olhar, a respeito da ditadura militar e seus resquícios na atualidade. Durante o AI-5, os discursos convencionais dos jornais sob censura não abordavam os desaparecimentos políticos e, desse modo, não era possível criar uma narrativa ou construção de uma memória coletiva relacionada às pessoas que haviam sumido por circunstâncias políticas. O clássico trabalho do artista Artur Barrio, em 1970, quando interveio no espaço público e espalhou trouxas em Belo Horizonte, formadas por uma instalação feita de pedaços de jornais, espuma, sacos e

pedaços de carne de animais, em que se simulavam corpos embalados, rompeu um silêncio. A instalação artística conseguiu driblar o discurso hegemônico da ditadura obrigando as pessoas a verem aquela instalação e alguns veículos da imprensa a relatar o fato.

A relação da arte com os espaços públicos, ao exemplo desse trabalho de Artur Barrio, assim como do CADA chileno, do GAC argentino e do Aparecidos Políticos. necessita ganhar força e ecos em um período frágil da democracia brasileira. É necessário pensar de acordo com Marquez e Cançado (2010), quando expõem que a noção de intervenção urbana vem atuando através de forças imprevistas, de conflitos de tradução e da expansão das noções e hierarquias tradicionais do espaço.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDHPR, 2010.

DIDI-HUBERMAN, G. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington. Na corda-bamba: intervenções urbanas em dança contemporânea. In: LETRO, Cláudio; GODOI, Wendderson (org.). **ENARTCI**: emergência. Ipatinga: Hibridus, 2010. p. 70-74.

SAFATLE, Vladimir. **Usar a força contra a força**. Revista Cult. 2013. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/usar-forca-contra-forca/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. Será que a arte resiste a alguma coisa? In: LINS, Daniel (org.). **Deleuze**: arte, resistência – Simpósio Internacional de Filosofia, Fortaleza. 2004. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Fundação da Cultura, Esporte e Turismo, 2007.

NOTAS

-
- 1 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/27/datafolha-75percent-apoiam-democracia-e-78percent-dizem-que-regime-militar-foi-ditadura.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2023.
 - 2 Disponível em: <https://exame.com/brasil/apoio-a-democracia-cai-no-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro-diz-datafolha/>. Acesso em: 19 jun. 2023.